

DOI: 10.5281/zenodo.15831367

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS, POTENCIALIDADES E REFLEXÕES

Sandra Cecilia Jurach Faria¹Everson Manjinski²

RESUMO: Este estudo visa analisar as perspectivas docentes em face a prática da Educação Inclusiva no cenário de sala de aula do ensino regular. Sua esfera de concentração é a educação inclusiva. O objetivo primordial consiste na reflexão acerca dos desafios do processo de inclusão escolar, bem como possíveis encaminhamentos para torná-la mais efetiva. A educação na perspectiva inclusiva é um movimento em constante construção, que vem reunindo esforços para garantir a inclusão social e a escolarização, superando obstáculos historicamente arraigados. A inclusão implica na participação efetiva dos indivíduos na sociedade e deve ser pautada no campo da valorização das habilidades de cada um. Superar questões como integração, em que o estudante está inserido na sala de aula, mas não participa ativamente do processo de aprendizagem, é um dos caminhos, bem como, eliminar barreiras que limitam ou impeçam a participação de todos os alunos, garantindo acesso ao currículo escolar de forma equitativa, considerando as características individuais de cada um. Para efetivar a inclusão escolar é crucial investir em formações continuadas para professores, capacitando-os a reconhecer as necessidades individuais dos alunos e a refletir sobre a escolha da metodologia a ser aplicada para que atenda às necessidades de todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Professores; Equidade.

Inclusive Education: challenges, potential and reflections

ABSTRACT: This study aims to analyze teaching perspectives on the practice of Inclusive Education in the regular education classroom. Its focus is inclusive education. The primary objective is to reflect on the challenges of the school inclusion process, as well as possible steps to make it more effective. Education from an inclusive perspective is a movement in constant construction, which has been bringing together efforts to guarantee social inclusion and schooling, overcoming historically rooted obstacles. Inclusion implies the effective participation of individuals in society and must be based on valuing each person's skills. Overcoming issues such as integration, in which the student is inserted in the classroom, but does not actively participate in the learning process, is one of the ways, as well as eliminating barriers that limit or block the participation of all students, guaranteeing access to the curriculum school in an equitable way, considering the individual characteristics of each one. To achieve school inclusion, it is crucial to invest in training for teachers, enabling them to recognize the individual needs of students and reflect on the choice of methodology to be applied to meet the needs of all students.

Keywords: Inclusive education; Teachers; Equity.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva. Graduada em Pedagogia. E-mail para contato: 1100122025027@uepg.br

² Doutor em Educação. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva. E-mail para contato: emanjinski@uepg.br

Introdução

No atual cenário educacional, observa-se um aumento crescente no número de estudantes matriculados no ensino comum que têm necessidades educacionais específicas. No entanto, na rotina escolar é evidente que existe uma lacuna entre a teoria e a prática pedagógica, e os educadores frequentemente sentem-se inseguros ao lecionar com estudantes que possuem necessidades específicas. Essa insegurança muitas vezes resulta na dificuldade de colaborar de forma eficaz com todos estudantes. Isso significa que, embora os alunos estejam fisicamente presentes na sala de aula, eles não são totalmente incluídos, levando a uma distorção no processo de inclusão, integrando-os sem incluí-los efetivamente e limitando o desenvolvimento de seu potencial integral.

É importante destacar que tal atitude, geralmente não é intencional. Cabe refletir sobre as fragilidades existentes, considerar como a cultura educacional foi historicamente moldada e reconhecer os profissionais da educação como agentes de mudança que podem identificar essas dificuldades e propor soluções educacionais viáveis.

Para tornar a inclusão escolar mais efetiva, é fundamental considerar as seguintes proposições: sensibilização dos professores para a educação inclusiva, combatendo o preconceito e valorizando a diversidade, formação inicial e continuada, trabalho colaborativo, planejamento, recursos adequados, tanto físicos como tecnológicos, compartilhamento de experiências exitosas, avaliação contínua das ações e envolvimento de toda comunidade escolar. A inclusão escolar é uma questão de igualdade, direito e justiça e para que se torne uma realidade efetiva requer esforços coletivos e contínuos de todos envolvidos no contexto escolar e social, pois é fundamental garantir que todos estudantes tenham a oportunidade de alcançar o seu potencial integral, independentemente de sua necessidade educacional específica.

Diante do direito inquestionável à inclusão, é essencial desmistificar o dilema criado frente a inclusão escolar para poder torná-la mais efetiva.

Conceituando a inclusão escolar

A educação na perspectiva inclusiva é um movimento que vem sendo construído gradativamente, marcado por avanços e evoluções significativas e também por desafios persistentes. Diante de tal contexto, é eminente a necessidade de um olhar mais atento para identificação de habilidades ou necessidades específicas.

A inclusão educacional considera todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, deficiências ou características individuais, garantindo a oportunidade igual de aprendizagem e participação social.

Ao buscarmos a terminologia, Mendes (2017, p.61) nos conduz a uma compreensão ampla e em conformidade com o dicionário de língua portuguesa, ao definir a inclusão como o “ato ou efeito de incluir, o que significa pôr ou estar dentro, inserir ou fazer parte de um grupo”. O conceito que Mendes nos traz, implica que os indivíduos sejam protagonistas de sua própria história, através da participação plena, ativa e significativa no processo que está sendo vivenciado para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ressalta-se assim a importância de pertencimento, e não somente a presença física no ambiente, coexistindo. É necessário que todos tenham oportunidade de contribuir, aprender e desenvolver ao máximo suas potencialidades para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde as diferenças sejam valorizadas e respeitadas.

No contexto escolar, por vezes, essa conceituação de inclusão não é suficiente, pois, acaba sendo erroneamente interpretado, uma vez que, por um período considerável, a inclusão limitava-se a mera integração de estudantes, de acordo com Guijarro (2005, p.7)

A inclusão é um movimento mais amplo e de natureza diferente ao da integração de alunos com deficiência ou de outros alunos com necessidades educacionais especiais. Na integração, o foco de atenção tem sido transformar a educação especial para ampliar a integração de alunos com deficiência na escola comum. Na inclusão, porém, o centro da atenção é transformar a educação comum para eliminar as barreiras que limitam a aprendizagem e participação de inúmeros alunos e alunas.

Então, é essencial transcender a simples integração e reconhecer as individualidades, valorizando as múltiplas maneiras de aquisição de aprendizagem

que permeiam o processo educacional. Isso exige a adoção de abordagens sensíveis e responsáveis, que atendam a todos em suas necessidades individuais. Segundo Mantoan (2003, p.17) “A distinção entre integração e inclusão é um bom começo para esclarecermos o processo de transformação das escolas, de modo que possam acolher, indistintamente, todos os alunos”.

A inclusão requer uma gama de considerações, tanto na organização do ambiente escolar quanto na seleção de estratégias metodológicas que promovam aulas com qualidade e acessíveis a todos.

Inicialmente é necessário a garantia de estrutura física que assegure o acesso aos ambientes escolares, como rampas, banheiros adaptados, corrimãos, pisos táteis, elevadores e demais desobstruções de barreiras físicas/arquitetônicas para a garantia de um ambiente escolar adaptado para acomodar os diferentes tipos de deficiência, com espaços que facilitem a locomoção de cadeira de rodas, iluminação adequada para alunos com deficiência visual, dentre outras situações, pois a garantia de estrutura física acessível é o primeiro passo para a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo.

No entanto, para além da acessibilidade física é necessário a garantia de acesso ao currículo escolar, o que envolve a provisão de materiais didáticos acessíveis e a utilização de ferramentas de apoio apropriadas para atender às necessidades dos estudantes.

O acesso ao currículo desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento de habilidades dos estudantes, uma vez que o currículo escolar representa o conjunto de aprendizagens que cada aluno deve adquirir ao longo de sua jornada educacional. Assegurar que todos os estudantes tenham a oportunidade de acessar esse currículo de forma paritária é uma prioridade essencial para promover a equidade de oportunidades para o desenvolvimento de suas potencialidades.

É válido ressaltar que para proporcionar esse acesso, pode ser necessário adaptações específicas para cada estudante, como por exemplo, para o aluno surdo é indispensável a presença de um intérprete de Libras, enquanto para o aluno com deficiência visual, pode ser essencial o acesso ao mesmo material trabalhado em sala de aula com tradução em Braille, salientando que cada estudante é único e não pode

ser referenciado apenas pela sua deficiência, pois existem inúmeras peculiaridades dentro de um diagnóstico, daí a necessidade de análise minuciosa das especificidades de cada estudante. Essas adaptações não configuram como simplificação ou redução de conteúdo, mas como a disponibilização das ferramentas necessárias para que os alunos tenham as oportunidades de aprendizagem adequadas a suas condições individuais.

Para alcançar essa compreensão, muito embora ainda não seja completamente implementada na prática, houve um processo de construção histórica da educação especial na perspectiva inclusiva, que reflete o desenvolvimento de mudanças por meio de manifestações sociais, identificando e proporcionando reconhecimentos aos direitos de todos, independentemente de suas particularidades. Ao longo dos anos, grupos organizados promoveram movimentos sociais, reivindicando normatizações legais e a implementação de políticas públicas direcionadas à inclusão.

A perspectiva histórica

Mesmo com as numerosas transformações alcançadas ao longo do tempo, ao buscarmos o contexto histórico, é possível perceber que muitas delas foram conquistadas com grandes esforços e desafios, pois por muito tempo a pessoa com deficiência foi segregada, escondida, desacreditada e excluída do convívio social, conforme cita o Ministro da Educação Paulo Renato Souza, no texto das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Em todo o mundo, durante muito tempo o diferente foi colocado à margem da educação: o aluno com deficiência, particularmente, era atendido apenas em separado ou então simplesmente excluído do processo educativo, com base em padrões de normalidade; a educação especial, quando existente, também mantinha-se apartada com relação à organização e provisão de serviços educacionais (Brasil, 2001, p.5.).

Ao observar-se a trajetória legal da educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil, percebe-se que seguiu um contexto mundial. No cenário internacional, pode-se destacar em ordem cronológica a Declaração dos Direitos Humanos (1948) que estabelecia que todos os seres humanos são dotados de direitos inalienáveis e

da igualdade, perpassando pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, que surgiu a partir da Conferência de Educação para Todos realizada em 1990 em Jomtien na Tailândia, tendo entre seus enfoques: “universalizar o acesso à educação e promover a equidade; [...] concentrar a atenção na aprendizagem; [...] propiciar um ambiente adequado à aprendizagem” (Unesco, 1990, art.2).

Nesse contexto, fica perceptível o objetivo de fortalecer alianças entre os países para a promoção da educação universal, buscando não apenas a igualdade, mas também a equidade de condições educacionais, sendo que esses conceitos são amplamente discutidos no cenário educacional contemporâneo. O senso comum é que a igualdade é proporcionar a oferta igualitária de recursos a todos, sem distinção, como por exemplo, a mesma prova para todos estudantes. Por outro lado, a equidade vai além, pois implica a garantia que cada indivíduo receba os recursos necessários para atingir o objetivo, como por exemplo, a mesma prova que os demais alunos realizarão, no entanto transcrita em Braille para um aluno cego. Portanto, é imperativo buscar uma verdadeira equidade na educação, assegurando a disponibilização de ferramentas de apoio adequadas para garantir o acesso e permanência a efetiva educação baseada nas características individuais de cada estudante.

A década de 1990 foi marcada por diversas movimentações frente a Educação Inclusiva, dentre as quais, é essencial destacar a Conferência Mundial sobre Educação Especial, organizada pelo governo da Espanha, em cooperação com a UNESCO, realizada na cidade de Salamanca, que deu origem a Declaração de Salamanca (1994). Esse é marco regulatório significativo em prol da Educação inclusiva, pois trouxe a ideia de endossar a perspectiva de escolarização inclusiva e estabelecer diretrizes para reformulação de políticas de inclusão, conforme está registrado que

[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem [...] sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (Unesco, 1994, p.1).

É importante destacar que, por meio deste documento houve ainda, uma expansão do conceito de necessidades educacionais especiais. Anteriormente, esse conceito estava intrinsicamente relacionado a deficiência, mas, passa a abranger situações de dificuldade de aprendizagem, que podem surgir durante qualquer fase da escolarização podendo ser de natureza temporária ou permanente, requerendo a implementação de ações educativas especiais para assegurar uma educação efetiva. Esses arranjos educacionais feitos para a maioria, levam ao conceito de escola inclusiva, que beneficia todos, possibilitando que sejam capazes de desenvolver suas potencialidades, com alta qualidade.

No âmbito nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988) já apontava para o direito de todos à educação. Com a regulamentação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) que define a Educação Especial como “a modalidade da educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2013, cap.V, art.58) vem afirmar a preferência pelo ensino regular, trabalhando as especificidades dos estudantes de forma integrativa.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, instituída pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), por meio da Resolução do nº2, de fevereiro de 2001 vêm a definir o que é a modalidade de Educação Especial, enfatizando que

[...] entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (CNE/CEB, 2001, p.1).

A mencionada Diretriz ratifica ainda a obrigação que as instituições de ensino têm de matricular os estudantes, se adaptando para proporcionar uma educação de qualidade com atendimento educacional que atenda às necessidades de todos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, datada de 2008, objetiva assegurar o processo de inclusão escolar, abrangendo todas

as etapas de forma transversal, desde a educação infantil até o ensino superior. Visa também, à integração intersetorial na implementação de políticas públicas, possibilitando a participação das famílias e profissionais que auxiliem os estudantes com deficiência.

Outra legislação que vem legitimar o processo de garantia de direitos é a Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que em seu Art.27. discorre sobre assegurar “sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades”.

Há inúmeras outras legislações (decretos, instruções e resoluções) em âmbito internacional, nacional, estadual e/ou municipal, que vem de forma específica e complementar garantir o acesso e permanência a escola e o direito à educação inclusiva.

Reflexões sobre a Educação Inclusiva contemporânea

No contexto atual, falar sobre inclusão no ambiente escolar é (ou deveria ser) reconhecer a diversidade, as particularidades de cada estudante, compreendendo a gama de necessidades, promovendo um espaço de respeito, valorização e desenvolvimento integral das potencialidades individuais. Importante ressaltar que a inclusão não se limita apenas a alunos com deficiências, transtornos ou defasagens, ela abrange todas as formas de diversidade como raça, gênero, religião, origem e demais características pessoais.

Partindo do pressuposto que a educação inclusiva não deve ser apenas um ideal, mas um direito de todos, garantido por inúmeras legislações nacionais e internacionais, devemos refletir sobre as condições necessárias para que sua execução seja realizada de forma satisfatória e eficiente.

Observando uma sala de aula contemporânea, fica explícito a continuidade de modelos educacionais tradicionais, com poucas alterações no decorrer da história, mantendo alunos sentados em filas de carteiras, o professor a frente, ministrando

conteúdos que devem ser copiados em cadernos e, por vezes, decorados pelos estudantes, muitas vezes sem contemplar as características de aprendizagem individuais e sem explorar metodologias diversificadas.

Os professores, por vezes, sentem-se reféns de um sistema que lhe faz cobranças de resultados, e que direciona sua didática, limitando processos construtivos e inovações pedagógicas, como afirma Zucchetti (2011, p. 7), muitos professores encontram-se “(...) cansados, pouco otimistas com a experiência da inclusão, ressaltando-se os limites da aprendizagem e da socialização e, especialmente, sofridos diante da falta de formação específica”, evidenciando a urgência de capacitações e reformulação de modelos educacionais que englobam efetivamente a diversidade, pois,

Se professores e alunos por inúmeros fatores (inclusive alheios à sua vontade) não estiverem igualmente motivados, desejosos de aprender, de compartilhar idéias, conceitos, procedimentos e valores - estarão falando idiomas diferentes entre eles, ainda que se espere que o professor seja capaz de falar vários “idiomas”, para seu trabalho na diversidade (Carvalho, 2004, p.56).

Nesse cenário, é importante reconhecer os diversos fatores que compõem a motivação tanto de alunos como de professores, considerando questões culturais, emocionais, sociais e até mesmo econômicas. As vivências anteriores também podem desempenhar papel importante para a determinação de suas expectativas e em sua motivação. Identificar esses fatores motivacionais, tanto nos alunos como nos professores e planejar ações para um ambiente de sala de aula inspirador e engajador é uma estratégia que pode ser utilizada com expectativas positivas. Outra opção possível é a implementação de metodologias ativas e variadas, considerando os interesses dos alunos e de suas vivências, para que se tornem participantes ativos no processo de aprendizado e consigam estabelecer conexões entre os conteúdos estudados e as experiências diárias, validando assim as aprendizagens. Conforme comenta Campbell,

Sabemos que é necessário mudar a forma de ensinar, tornando mais atraente os conteúdos a serem ministrados, não só integrando a realidade mas também a transformando, aliando-a aos interesses dos alunos, tornando prazerosa e mais efetivo o ato educativo [...] (Campbell, 2016, p. 159).

O processo de ensino ocorre como uma troca de saberes e vivências entre educadores e educandos, quando esse processo é dinâmico, torna-se enriquecedor, o que resultará em inúmeros benefícios, para tanto, é fundamental que todos estudantes se sintam acolhidos e parte do sistema educacional, estabelecendo vínculos e tornando o ambiente colaborativo e motivador, tanto para alunos, como para a comunidade escolar.

Outro aspecto que merece destaque refere-se a abordagem pedagógica que deve ser baseada em uma proposta pedagógica pautada no respeito, empatia e aceitação da heterogeneidade da sala de aula.

Diversas necessidades educacionais especiais demandam adaptações, que, muitas vezes podem ser utilizadas como metodologia de enriquecimento curricular a todos estudantes e não configurar como uma adaptação somente para alguns estudantes, esse é o conceito do Desenho Universal da Aprendizagem (DUA), que configura-se como objetivos, metodologias, avaliações e materiais que funcionem para todos, como por exemplo, a utilização de recursos materiais manipuláveis para realização de operações matemáticas, o que pode proporcionar uma compreensão mais palpável e que todos estudantes podem usufruir e se beneficiar desse recurso. As tecnologias também podem ser consideradas um exemplo disso, pois através dos recursos tecnológicos, cada vez mais desenvolvidos, é possível ampliar a gama de possibilidades de sua utilização, no entanto, simplesmente incorporar ferramentas tecnológicas de forma demasiada no ambiente de sala de aula não é suficiente e não configura uma atitude eficaz, pois é essencial haver implementação de equipamentos com condições adequadas de uso (como acesso à internet com velocidade e nível de qualidade adequados), suporte específico para sua utilização, e também formações específicas para utilização dos recursos disponíveis. Além disso, não se pode exigir dos professores uma formação que não foi oportunizada, pois

O processo de inclusão na escola comum é plenamente possível desde que, sejam oferecidas as condições fundamentais para o processo educativo, com recursos humanos e materiais especializados, principalmente, nos primeiros anos de escolaridade (Lemos, 2001, p. 59).

A combinação de recursos humanos e materiais desempenha um papel fundamental na viabilização do processo inclusivo, uma vez que ambos são interdependentes e necessários para o funcionamento adequado.

Formações continuadas para professores

Uma estratégia de desenvolvimento educacional eficaz é a formação continuada, que não se limita a abordar tópicos isolados em momentos esporádicos, mas, que ocorre de forma constante e consistente. “A formação continuada é o tipo de formação em que o sujeito tem a possibilidade de obter novos conhecimentos, analisar e refletir sobre sua prática profissional” (Ferreira e Santos, 2016, p.3). Isso implica em um processo constante de atualização e desenvolvimento para aprimorar habilidades e refletir sobre as possibilidades de melhorar profissionalmente.

As formações continuadas são essenciais pois ao longo da história, os professores foram formados em uma predominância da concepção tradicional, como transmissores do conhecimento que, em muitos casos, não considerava as variáveis, como a diversidade cultural, social, religiosa e principalmente a inclusão de alunos com necessidades educacionais especial, sendo possível ainda, perceber vestígios da concepção de homogeneidade dos estudantes, ou de uma turma idealizada, mas que já vem sendo gradativa e lentamente substituída, conforme comenta Mantoan (2003), o modelo educacional atual, há algum tempo mostra sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideias, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações.

Os professores contemporâneos precisam estar atentos pedagogicamente e “habilitados para identificar alunos que estejam em risco de apresentarem dificuldades para aprender” (Boueri; Alles; Bender, 2020, p.129) pois, intervenções precoces podem resultar em maior eficiência no processo educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) preconiza que a formação dos profissionais da educação deve estar alinhada com as demandas inerentes ao desempenho de suas funções. Porém, essa formação não deve ser vista apenas como exigência burocrática, mas como um compromisso ativo de investimento

e implementação para melhorar a qualidade de ensino, consolidada a partir de políticas públicas inclusivas sólidas,

[...] ressaltamos que as políticas públicas de educação inclusiva precisam ser orientadas de modo a investir na formação docente considerando o trabalho cotidiano do professor na escola, e concretizar condições de ensino que promovam o potencial pedagógico e as possibilidades de desenvolvimento dos alunos com deficiência (Souza *et al.*, 2014, p.14).

No entanto, as transformações necessárias não são simples nem instantâneas, pois exigem esforços coletivos para alterações de questões estruturais que afetam a qualidade de ensino. Por vezes, tais esforços devem ser impulsionados além de movimentos individualistas de educadores, pois, quando desenvolvidos individualmente, dificilmente alcançarão repercussão para alteração significativa no sistema educacional geral, transformando somente e momentaneamente o contexto local que este professor está inserido,

[...] estudos sobre inclusão escolar têm demonstrado que os profissionais da escola que atuam individualmente nas salas de aula não possuem respostas para a maior parte das dificuldades apresentadas pelos estudantes e não são capazes de realizar processos reais de ensino para alunos com deficiência quando trabalham individualmente (Vilaronga; Mendes, 2014, p. 140).

Portanto, a importância do trabalho colaborativo e da legitimação de movimentos sociais envolvendo toda comunidade escolar dando visibilidade para as ações e as necessidades coletivas, visando a implementação de preparação profissional, uma vez que, em certos casos, a formação inicial dos professores revela-se insuficiente para o desenvolvimento adequado das atividades docentes.

Quando nos referimos ao conceito de trabalho colaborativo, destacando a importância de uma colaboração que engloba todos os integrantes do ambiente escolar. Cada um contribuindo com sua expertise única, desempenhando um papel fundamental no aprimoramento das habilidades dos estudantes. Essa abordagem colaborativa promove um ambiente escolar mais enriquecedor, onde o conhecimento e as experiências de todos são valorizados em benefício dos estudantes.

Os professores necessitam ampliar sua base de conhecimentos sobre inclusão partindo de suas observações das dificuldades enfrentadas diariamente, a fim de promover a democratização do ambiente educacional. Isso possibilita a criação de

salas de aula mais propícia à valorização da pluralidade educacional e social. A via que viabiliza a construção de conhecimentos utilizável reside na aplicação de políticas públicas que facilitem o acesso a oportunidades de formação contínua, pois por vezes, alguns professores cometem equívocos no decorrer do processo de inclusão, entretanto é crucial destacar que essa conduta, em sua maioria, não é intencional. É importante compreender as limitações que alguns profissionais da educação enfrentam, já que muitos demonstram vontade de realizar um trabalho de alta qualidade, no entanto, devido à carência de orientação e formação adequada, acabam tomando decisões que consideram apropriadas no momento, tornando o processo de inclusão na sala de aula um verdadeiro desafio.

Reiteramos a relevância de os professores estarem continuamente capacitados para lidar com a diversidade e de tornar a Inclusão um processo mais integrado, pois é notório o aumento no número de estudantes com necessidades educacionais especiais, conforme observado por Mariana Tokarnia, Repórter da Agência Brasil, em dados divulgados em 2019:

[...] o número de matrículas de estudantes com necessidades especiais cresceu 33,2% em todo o país, segundo dados do Censo Escolar divulgados [...] pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No mesmo período, também aumentou de 87,1% para 92,1% o percentual daqueles que estão incluídos em classes comuns.

A ampliação da inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula regulares, é uma tendência crucial e está alinhada com as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Essa Lei não apenas assegura apenas o direito a educação, mas também enfatiza em seu Art. 58 que discorre sobre a modalidade de Educação Especial, enfatizando a preferência pelo seu oferecimento na de Regular de Ensino. Isso reflete a busca pela igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades educativas especiais.

No entanto, a inclusão efetiva vai além da legislação. Envolve a criação de práticas inclusivas nas escolas para que possam atender da melhor forma possível à diversidade de demandas. Essa abordagem não beneficia apenas os alunos com necessidades educacionais especiais, mas também enriquece a experiência de

aprendizado de todos os estudantes, promovendo a aceitação, compreensão e valorização da diversidade. “As escolas inclusivas são escolas para todos, implicando num sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos” (Carvalho, 2004, p.26).

À medida que avançamos nessa direção, estamos construindo um ambiente educacional mais inclusivo e preparando nossos alunos para um mundo diversificado e complexo.

Considerações Finais

A educação inclusiva inquestionavelmente é direito de todos, sendo uma constante construção coletiva, que busca assegurar a todos os indivíduos, independente de suas especificidades, a garantia de acesso e permanência em um ambiente escolar de qualidade.

Historicamente, há inúmeros avanços nas legislações e políticas públicas tanto em âmbito nacional como mundial, no entanto, ainda há inúmeros desafios a serem superados, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, que atendam as necessidades de todos, sem nenhum tipo de discriminação.

A construção de um ambiente escolar inclusivo, com equidade de condições para todos os estudantes é algo viável, mas demanda esforço e dedicação e esforços coletivos, tanto dos envolvidos diretamente no processo de ensino e aprendizagem quanto na formulação de políticas públicas que promovam uma sociedade mais inclusiva.

Portanto, é fundamental fomentar as formações continuadas de professores na perspectiva inclusiva, identificando, refletindo e ressignificando suas práticas pedagógicas, para superar obstáculos e promover plenamente as potencialidades dos estudantes, tornando o processo de inclusão mais efetivo.

Referências

BRASIL. Lei 13.146. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União. Brasília: Poder Legislativo, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 17 set. de 2023.

BRASIL. Lei 9394/96. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**/ Secretaria de educação Especial – MEC; SEESP, 2001 79p.

BRASIL. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**. MEC: Brasília, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf> Acesso em:18 de set. de 2023.

BOUERI, I.Z.; ALLES, E.P.; BENDER, D.I.V. Panorama nacional de pesquisas sobre consultoria colaborativa na educação especial e as perspectivas de atuação em psicologia. In.: SILVA, C. A.; FERNANDES, A. G. N.; ARAUJO, F.A.M. (Orgs.) **Encontros possíveis entre Psicologia e Educação: Dimensões práticas e Teóricas**. Terezina: Edufpi, 2020.

CAMPBELL, S. I. **Múltiplas faces da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

CARVALHO, R E. **Educação inclusiva: com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FERREIRA, J. da S.; SANTOS, J. H. dos. Modelos de Formação Continuada de Professores: transitando entre o tradicional e o inovador nos macrocampos das práticas formativas. **Cadernos de Pesquisa**: UFMA. v. 23, n. 3, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v23n3p1-15>. Acesso em: 20 de set. de 2023

GUIJARRO, M R B. **Inclusão: um desafio para os sistemas educacionais**. Ensaios Pedagógicos – construindo escolas inclusivas: 1.ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

LEMOS, E. R. **Educação de excepcionais. Evolução Histórica e Desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MENDES, E. G. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de. **Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas**. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017. p. 60-83.

MANTOAN. M T E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção cotidiano escolar)

SOUZA, F. F. de; DAINEZ, D.; SMOLKA, A. L.B.; SCIAN, R.; HULSHOLF, C. Políticas e práticas de educação inclusivas: condições e contradições no cotidiano de uma escola de ensino fundamental. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, vol. 22, 2014, pp. 1-19. Arizona State University.

TOKARNIA, M. **Cresce o número de estudantes com necessidades especiais.** Agencia Brasil. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20cinco%20anos%2C%20de,Educacionais%20An%C3%ADcio%20Teixeira%20\(Inep\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20cinco%20anos%2C%20de,Educacionais%20An%C3%ADcio%20Teixeira%20(Inep).). Acesso em: 02 de set. de 2020.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem - Jomtien, 1990** Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por. Acesso em: 17 de set. de 2023.

UNESCO (1994) **Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Ação – Necessidades Educativas Especiais.** Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 30 de out. de 2023

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. Revista **Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 2014, v. 95, n. 239, pp. 139-151. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFfswJXFzn3NNxTC/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 17 de set. de 2023.

ZUCCHETTI, D. T. A inclusão escolar vista sob a ótica de professores da escola básica. **Educação em Revista**: Belo Horizonte, v. 27, n. 2, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000200010> . Acesso em: 20 de set. de 2023.

Recebido em 26/06/2025

Versão corrigida recebida em 30/06/2025

Aceito em 02/07/2025

Publicado online em 08/07/2025